



Índice

- 01** Força Nacional fica mais tempo no MS onde houve conflitos de índios e fazendeiros
- 02** Comissão especial vai analisar projeto que regulamenta demarcações de áreas indígenas
- 03** Mendes critica ranço ideológico no debate sobre demarcação de terras indígenas
- 04** MPF-MT apura se direito de defesa a índio acusado de furto está assegurado
- 05** Justiça Federal mantém demarcação de terra indígena
- 06** Educação discute propostas para a Educação Indígena no Estado
- 07** Em vídeo gravado no Plenário, deputado ruralista inelegível em 2014 defende o Golpe do 227 e acusa "ongueiros" e "quadrilha de antropólogos" de quererem "usar os índios como massa de manobra"
- 08** Pagamento de indenização de terras indígenas ainda é incógnita, diz Acrissul
- 09** Avança solução para conflitos indígenas no Mato Grosso do Sul
- 10** Ministério da Justiça criará grupo para resolver conflitos com indígenas no Rio Grande do Sul



Força Nacional fica mais tempo no MS onde houve conflitos de índios e fazendeiros
SÍTIO AGRONOTÍCIAS, 22.07.2013

Foi publicada, na edição do Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira (22), a portaria que prorroga a permanência da Força Nacional de Segurança Pública por mais 30 dias nos municípios de Sidrolândia e Aquidauana, a 70 km e 143 km de Campo Grande respectivamente. O prazo, que pode ser novamente prorrogado, foi definido pelo Ministério da Justiça e a portaria foi assinada pelo ministro José Eduardo Cardozo. Saiba mais

Segundo a portaria, a presença da força policial é de caráter episódico e planejado para "preservar a ordem pública, a incolumidade das pessoas e do patrimônio, no sentido de proteger a integridade física de todos os envolvidos em conflitos decorridos de invasões de propriedades rurais". Ainda segundo a publicação, a operação terá apoio logístico e supervisão dos órgãos de Segurança Pública do estado.

Desde o mês de maio, quatro fazendas foram ocupadas por índios nos municípios, entre elas a fazenda Buriti, em Sidrolândia, e a fazenda Esperança, em Aquidauana. A Força Nacional está nos municípios desde o dia 7 de junho.

Fonte: G1



Comissão especial vai analisar projeto que regulamenta demarcações de áreas indígenas

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 22.07.2013

Por José Carlos Oliveira, Agência Câmara

O projeto de lei complementar (PLP 227/12) que regulamenta as demarcações de terras indígenas será submetido a comissão especial da Câmara. O texto já foi aprovado pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento de Desenvolvimento Rural, e a bancada ruralista chegou a apresentar pedido de urgência para levá-lo, o mais rapidamente possível, à análise do Plenário da Câmara, na segunda semana de julho.

O PV e o Psol resistiram e chegaram a obstruir as sessões do Plenário. Acatando requerimento (8207/13) do líder do Psol, deputado Ivan Valente (SP), a Mesa Diretora determinou que o projeto fosse analisado por uma comissão especial, já que seu conteúdo diz respeito à competência de mais de três comissões temáticas.

A proposta original ganhou um substitutivo do deputado Moreira Mendes (PSD-RO). De acordo com o texto, os interesses da Política de Defesa Nacional devem ficar acima do uso de terras indígenas.

Interesses internacionais

Coautor do projeto, o deputado Jeronimo Goergen (PP-RS), também integrante da bancada ruralista, afirma que o mérito do texto está em evitar demarcações feitas com base em "interesses econômicos internacionais e não governamentais" conduzidos hoje pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Goergen afirma que a proposta não é prejudicial aos indígenas: "Prejudicar, não. Ele vai fazer com que as demarcações sejam justas, porque hoje são completamente injustas, inclusive com os índios".

Ele conta que visitou, junto com outros deputados, a Reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, onde, segundo ele, os índios estão fugindo da área demarcada. "Há índio e agricultor morando no lixão da cidade, como a gente pode ver lá. O que a gente quer fazer é que os índios que tenham seu direito histórico, pela sua presença na área, possam ter a sua área; mas fabricar índio, como a Funai está fabricando hoje, nós não podemos aceitar."

Benefício a latifundiários e grileiros

Já o deputado Padre João (PT-MG) chegou a apresentar um voto em separado contrário ao texto, na Comissão de Agricultura. Ele teme que o texto acabe beneficiando latifundiários e grileiros de terra.

CONT.



“Existem áreas onde os povos indígenas estão mais concentrados; e há áreas onde avançou mais a agricultura familiar e os indígenas estão mais espalhados e, aí, cabe um processo até mesmo diferenciado”, entende o parlamentar.

“Acho que temos de chegar aos dois modelos, mas não podemos permitir que o latifúndio que foi grilado seja agora indenizado pelo governo”, acrescenta Padre João. “É verdade que a gente não quer um conflito entre indígenas e pequenos agricultores, mas a gente sabe que o está por trás são grandes propriedades com, inclusive, terras griladas que já foram até motivo de CPI.”

Grupo de trabalho e CPI

As polêmicas em torno da demarcação de terras indígenas são alvo de um grupo de trabalho e de audiências frequentes com ministros em várias comissões da Câmara. O grupo surgiu da pressão de centenas de índios que ocuparam o Plenário da Câmara em abril, em protesto contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere para o Legislativo o poder de decidir sobre a homologação das terras indígenas.

Também há um pedido formal de criação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar a atuação da Funai e do Incra [Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária] quanto a terras indígenas e áreas quilombolas.



Mendes critica ranço ideológico no debate sobre demarcação de terras indígenas
SÍTIO PSD CÂMARA, 22.07.2013

Em discurso da tribuna da Câmara, na quinta-feira (18), o deputado Moreira Mendes (RO) criticou as manifestações nas redes sociais que se opõem a aprovação do Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/12, que define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de terras indígenas. Segundo ele, os opositores não têm conhecimento do projeto e as ONGs usam índios como massa de manobra. O parlamentar foi o relator da proposta na Comissão de Agricultura que agora segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Minorias.

“Os comentários feitos nas redes sociais estão completamente desprovidos de conteúdo. Esses ongueiros, essa quadrilha de antropólogos, como já foram denunciados inúmeras vezes por aí, não têm interesse nenhum em regularizar a terra indígena. Querem, na verdade, usar o índio como massa de manobra para os seus interesses escusos”, disse Moreira.

O parlamentar explicou que é preciso acabar com esse ranço ideológico contra quem defende o produtor rural. Ele disse ainda que a medida é para regulamentar o que dispõe o parágrafo 6º do art. 231 da Constituição, que estabelece o que é relevante para o país, e o que é importante para o interesse público da União.

“O que nós estamos fazendo aqui é uma proposta de lei complementar. Onde é que está no PLP 227 qualquer tentativa de revogar disposição, o capítulo que trata da questão indígena? Isso é má-fé. Quem usa isso como argumento ou é despreparado, ou mente para enganar a população, porque este é um tema frágil”, afirmou Moreira.

Ele não poupou críticas à Fundação Nacional do Índio (Funai) por incitar o conflito entre produtores rurais e índios e defendeu uma solução legislativa para esclarecer o que está ocorrendo na Funai. “Nós da bancada ruralista defendemos sim as comunidades indígenas. Os conflitos estão sendo gerados por conta dessa irracionalidade de algumas pessoas da Funai, que é permeada por esse ranço ideológico, vencido e ultrapassado que não existe mais”, protestou.

Trabalho Escravo

Ainda em seu discurso, Moreira Mendes criticou o artigo “Onde tudo começou”, do professor Vladimir Safatle, publicado Folha de S.Paulo, edição de 16/07. Segundo o parlamentar, o artigo é oportuno, por se tratar da reflexão do contexto atual no momento político. Mas em sua opinião foi usado um exemplo inadequado, quando é tratado dos atos de vandalismo ocorridos na hidrelétrica de Jirau, em 2011, por conta de suposto trabalho degradante na obra. Segundo Moreira, essa alegação é inaceitável.

“Quero lembrar que duas das três maiores obras em construção no País estão em Rondônia:

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2013

Brasília, 23 de julho de 2013.

hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau. Perdoe-me o Sr. Vladimir, mas o senhor não conhece a realidade. Lá não há e nunca houve nada de trabalho degradante, ao contrário, os trabalhadores dessas duas grandes obras seguramente são os mais bem pagos do setor no País, e os que têm as melhores condições de trabalho, a ponto de terem, todos eles, dormitório até com ar-condicionado”, afirmou o deputado.

De acordo com Moreira, essas duas obras, especialmente Jirau, têm trabalho digno, de qualidade, pagam os melhores salários, e as empreiteiras que atuam na região fazem um trabalho reconhecido no mundo todo. “Lamento que ele (Vladimir) não tenha reconhecido”, finalizou Moreira.

Da Assessoria



MPF-MT apura se direito de defesa a índio acusado de furto está assegurado

SÍTIO REPORTER NEWS, 22.07.2013

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso instaurou inquérito civil público para apurar se o direito de defesa do indígena Aniceto Xavier de Melo Toro Baru está sendo plenamente assegurado.

Bororo da terra indígena Jarudore, localizada em Rondonópolis (210 km de Cuiabá), Baru é acusado de furto, segundo portaria referente à abertura do inquérito.

Ainda de acordo com a portaria, assinada pelo procurador da República Manoel Gonçalves da Silva, o índio teria sido vítima de uma armação e de agressões por policiais no ato de sua prisão. Silva não citou informações sobre o furto.

O procurador considerou a “necessidade de apurar as delações e averiguar se e o direito de defesa do índio vem sendo assegurado”. Também na portaria, observou haver necessidade de coleta de mais elementos.

Por: Catarine Piccioni

Fonte: Olhar Jurídico



Justiça Federal mantém demarcação de terra indígena

SÍTIO CONJUR, 22.07.2013

A Justiça Federal em Pernambuco julgou improcedente um pedido da demarcação da terra indígena da tribo Xucuru de Ororubá, situada no distrito de Pão de Açúcar, no município de Poção (PE). Um casal de agricultores, que reside em um terreno localizado dentro da área, entrou com uma ação para tornar sem efeito todas as etapas do processo conduzido pela Fundação Nacional do Índio (Funai) para demarcação da área.

Eles alegavam que adquiriram as terras na década de 1980, e como a demarcação somente ocorreu em 2001, teriam direito a receber do governo federal uma indenização pelo imóvel. O casal dizia, ainda, que em 2007 servidores da Funai teriam ido à casa deles com a finalidade de avaliar o terreno e, posteriormente, pagar a indenização pelo imóvel.

Segundo decisão da 7ª Vara Federal, a terra em questão faz parte de área demarcada pela União em 2001, ou seja, já tinha sido reconhecida oficialmente como terra indígena. Assim, isso afasta qualquer pedido de anulação dos atos da autarquia federal que reconheceu o direito exclusivo dos índios.

A decisão cita ainda o artigo 231 da Constituição Federal. O dispositivo estabelece que as terras indígenas são inalienáveis e indisponíveis, não produzindo efeitos jurídicos os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse sobre tais terras.

Os advogados e procuradores sustentaram que, de acordo com o artigo 1º do Decreto 20.910/1932, qualquer direito ou processo judicial contra a Fazenda Federal, estadual ou municipal, seja qual for sua natureza, é declarado prescrito em cinco anos a contar da data do ato ou fato do qual se originaram.

A 7ª Vara Federal da Seção Judiciária de Pernambuco acolheu os argumentos da Advocacia-Geral da União e julgou improcedentes tanto o pedido de anulação da demarcação da terra indígena, quanto a solicitação de indenização feito pelo casal. Com informações da Assessoria de Imprensa da AGU.

Processo 0007835-72.2012.4.05.8300



Educação discute propostas para a Educação Indígena no Estado

SÍTIO JORNAL ABC REPÓRTER, 22.07.2013

O Núcleo de Educação Indígena, da Coordenadoria de Gestão da Educação Básica (CGEB), se reuniu na última quinta-feira (18), na sede da Secretaria da Educação. O objetivo da reunião foi viabilizar a efetivação das propostas apresentadas na II Conferência Estadual de Educação Escolar Indígena, realizada entre 10 a 14 de junho.

Na ocasião, foram elaboradas mais de cem propostas pelas comunidades escolares indígenas. Dentre as ações discutidas estão a criação de uma legislação própria e específica para professores indígenas, instituindo um plano de carreira, e a realização de projetos de intercâmbio cultural entre as escolas indígenas do Estado.

Um sistema de avaliação externa diferenciado e específico para as escolas indígenas, a ampliação e construção de novos prédios escolares e a capacitação dos professores indígenas para o acompanhamento de crianças com necessidades especiais também estão entre as propostas que serão apresentadas na reunião.

Com base nessas informações, será produzido um plano de ação que assegure que os anseios das comunidades indígenas sejam contemplados nas diretrizes educacionais e políticas públicas.



Em vídeo gravado no Plenário, deputado ruralista inelegível em 2014 defende o Golpe do 227 e acusa "ongueiros" e "quadrilha de antropólogos" de quererem "usar os índios como massa de manobra"

SÍTIO RACISMO AMBIENTAL, 19.07.2013

Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

"É preciso acabar com esse ranço ideológico contra quem defende o produtor rural". A frase está no site do deputado federal Rubens Moreira Mendes, relator do PLP 227, envolvido também nas 'tratativas' para a fragilização do conceito de Trabalho Escravo. Já o vídeo acima, no qual ele se orgulha de fazer parte da bancada ruralista, está no seu facebook.

O deputado do PSD de Rondônia tem mesmo que continuar a cuidar de seu futuro: segundo o jornal eletrônico Tudo Rondônia, "Inelegível por conta de condenação colegiada no escândalo das passagens, Moreira Mendes não poderá disputar a eleição em 2014, mas pretende trabalhar a candidatura do filho, Guilherme Erse, a algum cargo eletivo".

Na sua página, ele se apresenta como "Empreendedor e advogado militante no estado de Rondônia desde 1972. Paulista de nascimento e rondoniense por opção. Sou também Procurador aposentado da Assembleia Legislativa do Estado, fui Vice-Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon). Fui Secretário de Estado da Administração do Governo de Rondônia no período de 1989 a 1991, Senador da República de 1999 a 2003, Deputado Federal 2007 a 2010 e atualmente exerço o segundo mandato de Deputado Federal".

No que diz respeito ao seu desempenho como Procurador da Assembleia Legislativa, além da fascinante história do "escândalo das passagens", que lhe valeu três processos, o que consta é que "Moreira Mendes era servidor estatutário da Assembléia, com carga horária de 40 horas semanais, mas os servidores do legislativo dizem que nunca o viram por lá". O que não impediu que, eleito deputado federal em outubro de 2006, tivesse sua aposentadoria requerida e aprovada nos últimos dias da então legislatura de Rondônia, ainda que acusado por colega de ter utilizado o dinheiro desviado das contas da Assembleia para comprar hotéis e fazendas.

Aliás, a ação cível pública 0098940-87.1995.822.0001, resultante do "Primeiro Escândalo das Passagens (depois deste, vieram outros com novas personagens) (...) foi ajuizada pelo Ministério Público em abril de 1997". Em 31 de julho de 2009, os réus foram condenados a devolver os recursos supostamente desviados dos cofres públicos. Todos apelaram, e o processo foi para o Tribunal de Justiça em março de 2010. Na ocasião, Moreira Mendes alegou que, embora deputado federal, não tinha condições de arcar com as custas da apelação. Conseguiu protelar o recolhimento para o final do processo, coisa difícil de conseguir até por quem ganha salário mínimo!

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2013

Brasília, 23 de julho de 2013.

Um notícia interessante: hoje, 19 de julho, é aniversário do deputado. Quem estiver interessado em cumprimentá-lo pode usar os endereços abaixo, que constam de seu saite exatamente para serem usados para contatá-lo. Fica a sugestão...

E-mail: dep.moreiramendes@camara.leg.br

Site oficial: www.moreiramendes.com.br

Twitter: @moreiramendes55

Facebook: MoreiraMendesRondonia

Na verdade, o perfil acima do facebook está lotado, mas o Deputado Moreira Mendes, que é onde ele postou o vídeo acima, está em pleno funcionamento...



Pagamento de indenização de terras indígenas ainda é incógnita, diz Acrissul
SÍTIO REGIÃO NEWS, 22.07.2013

No entanto, segundo Maia, até o momento, a equipe econômica do Governo federal não definiu de que forma será feito a indenização

O Governo federal ainda não definiu como será feito o pagamento pelas indenizações das terras indígenas aos produtores rurais em Mato Grosso do Sul. De acordo com o presidente da Associação dos Criadores de MS (Acrissul), Francisco Maia, o grupo de trabalho e as reuniões com ministros ainda não definiram de que forma será paga ou como será feito a indenização das terras.

Só para a ampliar a reserva Buriti, em Sidrolândia, o Governo precisa "adquirir" mais 15 mil hectares. Atualmente, as aldeias somam 2 mil hectares e os índios querem amplia-las para 17 mil hectares. Estudo da Funai (Fundação Nacional do Índio) reconhece a área maior.

No entanto, segundo Maia, até o momento, a equipe econômica do Governo federal não definiu de que forma será feito a indenização. Produtores rurais já estimaram que a indenização seria de aproximadamente R\$ 140 milhões.

De acordo com Chico Maia, apesar do prazo do grupo de trabalho terminar no dia 5 de agosto deste ano, a situação segue confusa. Na quarta-feira, o grupo do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) apresenta o relatório com as propostas no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul.

Nesta terça-feira, os produtores rurais recebem três deputados federais da bancada ruralista – Ronaldo Caiado (GO), Abelardo Lupion (PR) e Luiz Henrique Mandetta (MS) – para discutir a questão dos conflitos indígenas na Acrissul.

Cerca de 100 produtores rurais devem participar do encontro. Eles vão ter um panorama da situação e decidir quais os encaminhamentos serão adotados a partir das propostas feitas pelo grupo que tem a missão de buscar uma solução para os conflitos indígenas em MS.



Avança solução para conflitos indígenas no Mato Grosso do Sul

SÍTIO AMAMBAÍ NOTÍCIAS, 22.07.2013

A reunião entre representantes dos povos indígenas e poder público no Ministério da Justiça, na última quinta-feira (18), resultou em mais um passo para a solução dos conflitos no estado do Mato Grosso do Sul. Grupos técnicos deverão avaliar a terra indígena da qual faz parte a Fazenda Buriti, município de Sidrolândia-MS. A avaliação vai estabelecer o valor financeiro de cada área que poderá ser arrendada pela União. O arrendamento, hipótese sugerida especificamente para a Fazenda Buriti, foi um dos mecanismos jurídicos estudados pela Secretaria de Assuntos Legislativos (SAL-MJ) e apresentados na ocasião. Outras áreas deverão ser analisadas caso a caso.

Foi discutida também a adoção de parâmetros técnicos para a avaliação de outras 51 áreas que equivalem a 774 mil hectares em processo de disputa, 2,12% do território do estado. Atualmente a população de índios no Mato Grosso do Sul é de cerca de 70 mil pessoas, a segunda maior do Brasil.

O ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, ressaltou a importância do entendimento entre indígenas e proprietários rurais. "Nossa intenção é buscar alternativas que, se não sejam consensuais, pelo menos que atendam aos anseios da maioria dos envolvidos. Reiteramos o firme propósito do governo de buscar uma solução pacífica para esses conflitos respeitando todos os direitos envolvidos", afirmou Cardozo.

O advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, falou a respeito das limitações jurídicas decisões sobre a questão indígena tanto na Região Centro-Oeste, quanto em todo o país. Ele lembra que existem muitas ações na Justiça sobre disputa de terra entre índios e produtores rurais. "As nossas decisões tomadas aqui não antecipam a decisão judicial desses processos, embora procuremos por marcos jurídicos que determinem o justo reconhecimento de terras indígenas", ponderou Adams.

Participaram da reunião presidida pelo ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, líderes indígenas dos povos Guarani-Kaowá, Kadwéu e Terena; representantes dos proprietários rurais, o advogado-Geral da União, Luís Inácio Adams, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Conselho Nacional de Justiça, Fundação Nacional do Índio, Ministério Público Federal-MS, a vice-governadora do Mato Grosso do Sul, Simone Tebet, Procuradoria Geral do Estado do Mato Grosso do Sul, Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul - Famasul, Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/MS - Agraer, Associação dos Criadores do Mato Grosso do Sul (Acrissul) e Associação dos Municípios do Mato Grosso do Sul (Assomasul).



Boletim de Notícias - Edição nº 129 / 2013

Brasília, 23 de julho de 2013.

Ministério da Justiça criará grupo para resolver conflitos com indígenas no Rio Grande do Sul

SÍTIO RURAL BR, 22.07.2013

Primeira reunião do grupo de trabalho está prevista para 1º de agosto

Está prevista para esta terça, dia 23, uma reunião com o ministro da Justiça José Eduardo Cardozo, para tratar dos conflitos entre proprietários rurais e indígenas no Rio Grande do Sul. O prefeito de Sananduva, Antonio Roberto Caldato, deve participar de reunião, levando documentos como as escrituras das propriedades em disputa no município.

O ministro Cardozo prometeu criar um grupo de trabalho no Rio Grande do Sul para tratar deste conflitos, nos mesmos moldes do que foi criado em Mato Grosso do Sul. A primeira reunião deverá acontecer no dia 1º de agosto.